






## AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À INFÂNCIA NA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL: ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO

**Social policies for child welfare in the neoliberal governmentality: strategies of investment in human capital**

Carolina Dias **CAPILHEIRA**  
Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa  
em Educação da Infância – NEPE/FURG  
Professora da Rede Particular de Ensino na  
cidade de Pelotas-RS  
Pelotas, Brasil  
[cdcapiheira@gmail.com](mailto:cdcapiheira@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-2733-4550> 

Maria Renata Alonso **MOTA**  
Instituto de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade Federal do Rio Grande - FURG  
Rio Grande, Brasil  
[mariarenata.alonso@gmail.com](mailto:mariarenata.alonso@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0003-1057-9427> 

Kamila **LOCKMANN**  
Instituto de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências  
Universidade Federal do Rio Grande - FURG  
Rio Grande, Brasil  
[kamila.furg@gmail.com](mailto:kamila.furg@gmail.com)  
<https://orcid.org/0000-0002-1993-8088> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

### RESUMO

O artigo problematiza as reconfigurações ocorridas nas políticas de assistência à infância no Brasil, a partir da análise de documentos oficiais do Programa Criança Feliz. Tomando as contribuições de Foucault sobre o neoliberalismo em sua vertente norte-americana, analisa as estratégias de investimentos em capital humano colocadas em ação pelo Programa Criança Feliz, tanto aquelas relacionadas aos seus elementos inatos e biológicos, quanto as relativas aos elementos adquiridos. O discurso de que a maior janela de oportunidades se dá na infância é potente para o convencimento e governo dos sujeitos dentro da família. No caso da infância pobre, o governo da população tem como objetivo conter os riscos sociais, investindo em projetos assistenciais e educativos de baixo custo, com intenções biopolíticas que vão ao encontro da racionalidade em que vivemos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência à infância. Governamentalidade neoliberal. Capital humano. Programa Criança Feliz.

### ABSTRACT

This paper problematizes adjustments made in social policies for child welfare in Brazil, from the analysis of official documents of Criança Feliz Programme. Considering Foucault's studies on neoliberalism in its North-American approach, the paper analyzes the strategies of investment in human capital put into action by the Programme, both those related to its innate and biological elements and those associated with acquired elements. The discourse claiming that the widest window of opportunities occurs in childhood is powerful to convince and govern subjects within the family. In poor childhood, the government of population is intended to contain social risks by investing in low-cost welfare and education projects with biopolitical goals attuned to the current rationality.

**KEYWORDS:** Childhood welfare. Neoliberal governmentality. Human capital. Criança Feliz Programme.

## APRESENTANDO A TEMÁTICA

O presente texto tem como foco central a temática da assistência à infância e propõe analisar as reconfigurações ocorridas nas práticas e políticas de assistência à infância no bojo de uma racionalidade política neoliberal no Brasil. Para isso, seleciona o Programa Criança Feliz, criado em 2016 pelo Governo Federal, através do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, e alterado pelo Decreto nº 9.579 de 22 de novembro de 2018, e utiliza como sustentação teórica para as análises algumas ferramentas teórico-metodológicas dos estudos foucaultianos, tal como a governamentalidade.

Compreendemos a governamentalidade como uma racionalidade política, econômica e social que organiza determinadas práticas de governo, ao mesmo tempo, que é sustentada e atualizada por essas mesmas práticas (LOCKMANN, MOTA, 2013). Tal noção nos possibilita entender que as práticas de assistência à infância, não só se apresentam engendradas numa racionalidade contemporânea como também são atualizadas, modificadas e reconfiguradas na contemporaneidade, operando sobre os sujeitos com o intuito de conduzir suas condutas de determinados modos.

Com o intuito de mostrar como o Programa Criança Feliz opera sobre a conduta dos sujeitos no interior de uma racionalidade política neoliberal optamos por organizar o texto da seguinte forma: na primeira seção apresentamos uma rápida contextualização do Programa Criança Feliz. Argumentamos que a partir da emergência da racionalidade política neoliberal no Brasil visualizamos uma proliferação incessante das políticas de assistência social, principalmente aquelas que têm como foco a primeira infância. Na segunda seção, apresentamos as análises provenientes do nosso material empírico, onde destacamos dois focos de atuação deste programa. Partindo das discussões teórico-metodológicas desenvolvidas por Michel Foucault sobre o neoliberalismo, especialmente em sua versão norte-americana, percebemos que o Programa Criança Feliz estabelece uma estreita vinculação com a Teoria do capital humano funcionando como investimentos que são desenvolvidos sobre *capitais humanos infantis* (LOCKMANN, 2019). Dentro desses investimentos centramos nosso olhar em dois eixos. O primeiro refere-se aos investimentos em capitais humanos inatos ou biológicos e o segundo aos investimentos em capitais humanos infantis. Podemos dizer que esses investimentos nos *capitais humanos infantis*, podem ser compreendidos como estratégias da governamentalidade neoliberal que funcionam com o intuito de

prevenir a constituição de um tipo de sujeito indesejável para o funcionamento da sociedade atual. Discutiremos isso com mais minúcia ao longo do texto.

## **PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: PERCURSOS E POSSIBILIDADES TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

Com o intuito de analisarmos algumas reconfigurações sobre as práticas e as políticas de assistência à infância na Contemporaneidade, discutimos neste texto o Programa Criança Feliz, proposto pelo Governo<sup>1</sup> brasileiro na época do então presidente Michel Temer que tem como foco a infância. Mesmo com toda a problematização focalizada, atualmente, no caráter assistencial de políticas como o Programa Criança Feliz e da infinidade de pesquisas que destacam a necessidade de articularmos as ações de cuidado e educação para o atendimento dessas crianças, a assistência ainda assume um lugar privilegiado no interior das práticas educativas. Ela se (re)configura no interior dessa racionalidade política neoliberal e não só reaparece nos dias atuais, como também se prolifera e se fortalece por meio de diferentes políticas, programas e benefícios existentes, em especial para as crianças de 0 a 3 anos.

O Programa Criança Feliz, foi instituído através do Decreto nº 8.869 de 5 de outubro de 2016 e alterado pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, apresentando como finalidade: “promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, em consonância com a Lei 1/7 nº 13.257, de 8 de março de 2016” (BRASIL, 2018, p. 27). Cabe salientar que o Programa ainda está em vigência e, mesmo com algumas alterações, manteve seus objetivos e focos de ação. O Programa prioriza gestantes, crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; crianças de até seis anos e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada e crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção. O Programa Criança Feliz tem como objetivos:

promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; colaborar no

---

<sup>1</sup> Na língua francesa, Foucault utiliza duas palavras diferentes para se referir a governo. São elas: *gouverne* e *gouvernement*. Na língua portuguesa, Veiga-Neto (2002, p.19) sugere que se utilize *Governo*, com G maiúsculo, para se referir à “[...] instituição do Estado que centraliza ou toma para si a caução da ação de governar”, traduzindo dessa forma *gouverne* por *Governo*. Porém, quando quisermos falar das “ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social” (VEIGA-NETO, 2002, p. 21), o autor sugere que utilizemos a palavra *governo*, para traduzir o termo *gouvernement*. Este texto considerará tais orientações no uso dessas duas expressões.

exercício da parentalidade, de modo a fortalecer os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade; mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem; e integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas destinadas às gestantes, às crianças na primeira infância e às suas famílias. (BRASIL, 2018, p. 28).

Para o cumprimento destes objetivos, o Programa adota como uma de suas estratégias prioritárias a realização de visitas domiciliares periódicas, que são realizadas por visitantes que recebem capacitação e formação continuada, com o intuito de apoiar gestantes e famílias e favorecer o desenvolvimento da criança na primeira infância. O Programa também desenvolve materiais de apoio para o atendimento às gestantes, às famílias e às crianças integrantes do Criança Feliz.

Ao longo do funcionamento do Programa é possível percebermos não só a manutenção das visitas domiciliares, como também, o quanto esta estratégia nos últimos anos se expande e se potencializa no Programa. Aspecto que confirma isso é a Portaria Conjunta nº 01, de 2021, que aborda questões referentes às visitas e estratégias para outras formas de contato dos visitantes com as famílias, durante o período de pandemia de Covid-19.

Com o foco neste Programa selecionamos, então, os documentos que fizeram parte do estudo e que foram analisados, abrangendo desde o período de criação do Programa, até o ano de 2021. O quadro a seguir apresenta estes documentos.

**Quadro 1** – Documentos analisados no estudo

DOCUMENTO	ANO
1) Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas para a primeira infância	2016
2) Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, que cria o Programa Criança Feliz	2016
3) Guia de Políticas e Programas, publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	2017
4) Documento Programa Criança Feliz. A intersetorialidade na visita domiciliar	2017
5) Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, que altera do Decreto nº 8.869/2016, consolidando atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a criança e o Adolescente	2018
6) Avaliação do impacto do Programa Criança Feliz, com subsídios para avaliar o impacto do Programa Criança Feliz sobre a estimulação intelectual no ambiente doméstico e sobre o desenvolvimento cognitivo e psicomotor de crianças brasileiras menores de três anos	2018
7) Guia para visita domiciliar: manual, publicado pelo Ministério da Cidadania	2019
8) Manual de Gestão Municipal do Programa Criança Feliz, publicado pelo Ministério da Cidadania	2019
9) Portaria Conjunta nº 1, de 27 de abril de 2020, que aprova recomendações gerais aos gestores, supervisores e visitantes dos estados, municípios e Distrito Federal quanto à execução do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS	2020
10) Manual de Apoio: visitas domiciliares às gestantes, publicado pelo Ministério da Cidadania	2020
11) Documento Criança Feliz em Ação: um guia para ajudar os visitantes a apoiarem pais, mães e cuidadores, publicado pelo Ministério da Cidadania	2020

**Fonte:** Quadro produzido pelas autoras

Para proceder à análise do Programa Criança Feliz tomamos a governamentalidade como uma grade de visibilidade que nos permite compreender a racionalidade que sustenta sua operação. Assim, a governamentalidade é compreendida aqui como uma forma de racionalidade, ou seja, uma forma de ser do pensamento político, econômico e social que organiza as práticas de governo desenvolvidas em um determinado tempo e em uma determinada sociedade. “A racionalidade supõe a existência de certa lógica que opera tanto nas instituições quanto na conduta dos indivíduos e nas suas relações sociais e políticas. Tal racionalidade age como um programa que orienta o conjunto da conduta humana” (MARÍN-DIAZ, 2009, p. 11). Pode-se entendê-la como certa lógica que coloca em funcionamento determinadas técnicas que objetivam conduzir as condutas dos sujeitos e das populações. Trata-se, portanto, de como pensamos a ação de governar, ou ainda, de como as tecnologias de governo são empreendidas a partir de uma racionalidade política que as coloca em operação numa época dada. De acordo com Avelino (2010, p. 22), “Por racionalidades Foucault entendia os conjuntos de prescrições calculadas e razoáveis que organizam instituições, distribuem espaços e regulamentam comportamentos; nesse sentido as racionalidades induzem uma série de efeitos sobre o real”. Com base nisso, entendemos que as práticas, os procedimentos e as tecnologias utilizadas para governar são produzidos e orientados por uma determinada forma de racionalidade.

Esse sentido atribuído à governamentalidade nos acompanhou durante o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que ela oportuniza pensar como uma racionalidade específica de nosso tempo organiza determinadas formas de conduzir as condutas dos sujeitos e das populações, possibilitando a emergência de diferentes estratégias, entre elas, as políticas ou programas de assistência à infância. A partir disso é que podemos compreender que tais políticas, e no caso deste estudo, o Programa Criança Feliz, funciona como estratégia da governamentalidade neoliberal, ou seja, como estratégia de uma forma específica de racionalidade que desenvolve determinadas práticas e ações na condução da conduta de todos e de cada um.

Além da noção de governamentalidade destacamos a utilização do conceito de Capital Humano na construção da analítica investigativa. Foucault, em seu curso Nascimento da Biopolítica (2008, p. 269), procede a uma análise sobre a Teoria do

Capital Humano, proveniente do neoliberalismo norte-americano, mais propriamente dos economistas da Escola de Chicago.

Podemos dizer que a Teoria do Capital Humano foi formulada por Theodore Schultz, um economista da Escola de Chicago, entre o final da década de 1950 e início da década de 1960. Tal teoria consiste em entender um conjunto de habilidades e capacidades humanas como uma forma de capital. Segundo essa compreensão, não podemos mais perceber o indivíduo e o capital separadamente, como se fossem exteriores um ao outro. Nesse sentido, conforme lembra Gadelha (2009), um executivo, por exemplo, não seria o representante do capital e tampouco um operário poderia ser concebido como objeto de exploração do capital. Trata-se de compreender que as habilidades, as competências, as aptidões de um indivíduo constituem, elas mesmas, o seu próprio capital. Em outros termos, o indivíduo deve tomar a si mesmo como uma empresa e entender suas aptidões como capital. Segundo López-Ruiz (2007, p. 18), nessa teoria “o humano, um conjunto de capacidades, destrezas e aptidões próprias dos homens, adquire valor de mercado e se apresenta como forma de capital”.

Considerando tais pressupostos, podemos observar a existência, na atualidade, de uma série de estratégias que objetivam investir em capital humano, entre elas podemos citar as políticas e programas de assistência à infância, como é o caso do Programa Criança Feliz, analisado neste texto.

## **ANALISANDO O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO**

Nas análises realizadas neste texto, veremos que as ações desenvolvidas pelo Programa Criança Feliz objetivam produzir uma série de investimentos nos sujeitos com o intuito de torná-los capazes de governar suas próprias vidas e de fazer escolhas coerentes com suas necessidades individuais e com a seguridade coletiva.

Analisando o funcionamento deste Programa, foi possível perceber uma centralidade nos investimentos em *capitais humanos infantis* que se apresentam a partir de duas formas bem específicas. Tais formas foram trabalhadas a partir das compreensões desenvolvidas por Lockmann (2019) ao analisar o funcionamento das Políticas de Assistência Social, em especial do Programa Bolsa Família. A autora destaca três formas específicas de investimento em Capital Humano, das quais duas interessam a este texto. À primeira delas foi denominada pela autora de investimento em capitais humanos biológicos, os quais

[...] se desenvolvem, sobretudo, a partir da área da saúde e acontecem ainda no decorrer da gestação das mães, com o intuito de garantir o nascimento de uma criança saudável, forte e, conseqüentemente, com potencial produtivo para contribuir futuramente com o crescimento econômico da sociedade. (LOCKMANN, 2019, p. 140).

O segundo conjunto de estratégias relaciona-se a investimentos em capitais humanos adquiridos e tem como alvo os *capitais infantis* (LOCKMANN, 2019). São estratégias de investimento desenvolvidas, predominantemente, por meio de orientações às mães, pais, cuidadoras(es) e às crianças feitas por visitadoras(es) às famílias cadastradas no Programa Criança Feliz. Este conjunto de estratégias têm o objetivo de produzir, nos sujeitos infantis, aprendizagens úteis para que possam ter uma vida futura independente dos benefícios financeiros repassados pelo Estado.

Começamos, então, pelos investimentos nos capitais humanos inatos ou biológicos. Foucault (2008), em *Nascimento da biopolítica*, faz referência a tais elementos do capital humano, tematizando a genética e a produção de um capital humano biologicamente melhor, quando as(os) progenitoras(es) portarem também um bom capital. Temos, assim, o tema da reprodução. Foucault (2008, p. 313-314) cita como exemplo o aprimoramento das condições genéticas, dizendo: “se eu quiser ter um descendente cujo equipamento genético seja pelo menos tão bom quanto o meu ou tanto quanto melhor, terei de encontrar para me casar alguém cujo equipamento genético também seja bom”. No que concerne aos documentos analisados nesta investigação, não é propriamente o tema da reprodução que encontramos, ou o da busca de parceiros vigorosos para a produção e melhoramento do capital humano hereditário. O que encontramos presente nos documentos analisados remete aos cuidados que as mães devem realizar no decorrer do período da gestação e que podem, também, ser compreendidos como investimentos nas qualidades inatas e biológicas do capital humano do futuro bebê. Na introdução do *Manual de Apoio - Visitas domiciliares às gestantes* percebemos este investimento do capital humano do futuro bebê, que será realizado por meio das visitas feitas por visitadoras(es) do Programa Criança Feliz:

Nosso esforço é para que a gestante atendida pelo nosso programa tenha o máximo de informações sobre como estimular seu bebê a fim de que ele se desenvolva bem em todas as áreas que possam ser trabalhadas, mas não teremos sucesso sem a parceria de nossos(as) preciosos(as) visitantes(as) e, principalmente, da mãe que agora aguarda ansiosamente pela chegada de seu bebê. (BRASIL, 2020, p. 9).

Ao longo deste Manual de Apoio, são apresentados alguns temas acerca do período gestacional, bem como, sugestões de atividades que os visitantes podem desenvolver durante as visitas às casas das gestantes cadastradas no Programa.

Vejamos algumas destas sugestões que mostram estratégias que se configuram como investimentos nas qualidades inatas e biológicas do capital humano do futuro bebê:

Sugestão: Mitos e verdades sobre o aleitamento

Objetivo: Desenvolver a prática do diálogo com a gestante sobre a importância do aleitamento para o desenvolvimento do bebê e os principais cuidados com as mamas durante e após a amamentação. Faça uma busca no território dos serviços disponíveis que possam trazer orientações sobre aleitamento, como grupos de gestantes existentes que abordam a importância do aleitamento materno para o bebê e quais os cuidados necessários antes, durante e depois de a criança se alimentar. No dia da visita, fomente um diálogo com a gestante sobre esse tema, por meio de metodologias ativas e integradoras, e trabalhe a escuta sobre como ela imagina esse processo de amamentação para ela e o seu bebê. Apresente a gestante quais os serviços existentes no território que poderão auxiliá-la quando sentir necessidade e aborde brevemente sobre os mitos e as verdades sobre o aleitamento materno, reforçando sua importância e benefícios para a mãe e bebê. (BRASIL, 2020, p. 26-27).

Sugestão: Conversando a gente se entende

Objetivo: Fortalecer os vínculos da gestante e da família com o bebê ainda no ambiente uterino.

De maneira natural, direta e com palavras que a gestante possa compreender, informe que o bebê já possui sensibilidade a luz e ouve os sons externos, então nada melhor que os primeiros sons sejam a voz de seus familiares que estarão por perto quando ele chegar ao mundo. Peça para a gestante e para os familiares residentes no domicílio que iniciem uma conversa com o bebê, falando o nome e qual será o papel na vida dele quando ele chegar ao mundo.

A cada momento de conversa, você pode sugerir que contem uma história e até o fim da gestação, quem sabe, a família já esteja cantando muitas músicas e de variados ritmos para o bebê? Aproveite a oportunidade e explique que conversar com o bebê ajuda a gestante e a família a inserir este novo ser humano em suas vidas estabelecendo e fortalecendo vínculos afetivos, como também a compreender que, mesmo o bebê estando dentro do útero, eles podem auxiliar no desenvolvimento dele. (BRASIL, 2020, p. 28-29).

Sugestão: A caixa de presente para o bebê

Objetivo: Estimular os familiares a incluir a criança como membro da família, expressando seus sentimentos.

Você pode sugerir a família que faça a decoração de uma caixa com papéis coloridos e colar as fotografias na tampa e nos lados da caixa ou também podem fazer desenhos, converse com a família como gostariam de decorar a caixinha. Nesta atividade, é importante que a gestante e outros familiares depositem na caixa um registro que demonstre a história da família, como o bebê foi se desenvolvendo durante a gestação, como sua chegada está sendo aguardada e tudo de bom que o espera quando nascer. Este relato pode ser escrito em uma carta, desenhado, ou da forma que a família manifestar interesse em fazer. A ideia é que o registro seja guardado e aberto quando a criança nascer e/ou entregue para ela quando tiver mais idade. (BRASIL, 2020, p. 38-39).

Além desses excertos, atualmente, podemos citar a variedade de cuidados e de orientações que são direcionadas às mulheres grávidas com o intuito de qualificar os elementos biológicos que compõem o capital humano da criança que vai nascer. No material empírico desta investigação, pode-se encontrar uma enormidade de orientações e afirmativas baseadas em evidências científicas que são produzidas a fim de calcular os riscos que um indivíduo pode sofrer ao combinar elementos como gravidez, adolescência, uso de álcool e uso de entorpecentes. A ciência também é



evocada para consolidar a importância dos cuidados durante o período gestacional para o desenvolvimento humano:

Em um ambiente marcado pela violência e uso indiscriminado de drogas o bebê além de sofrer danos no seu desenvolvimento cerebral, poderá desenvolver síndromes ou sofrer com déficits comportamentais e de função cognitiva após nascer. Desta forma, mesmo antes de vir ao mundo, o bebê recebe e sofre os impactos do ambiente exterior, processando quimicamente as substâncias ingeridas pela gestante, como sofrendo com os impactos emocionais dela, adquirindo experiências boas ou ruins. (BRASIL, 2017, p. 12).

Pesquisas científicas comprovam que os primeiros anos de vida são o período com a maior "janela de oportunidades" para o desenvolvimento humano integral. O que a criança aprende na primeira infância serve de base para tudo o que ela aprenderá ao longo de sua vida. Cada fase depende da anterior para que funções cada vez mais complexas possam ser realizadas, numa sequência de construções e aquisições de novas habilidades, de forma contínua, dinâmica e progressiva. (BRASIL, 2017, p. 31).

Os princípios básicos da neurociência indicam que oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento infantil é mais eficaz e menos custoso do que tentar tratar as consequências das adversidades iniciais mais tarde. Para tal, uma abordagem equilibrada ao desenvolvimento – emocional, social, cognitivo e de linguagem – permitirá que todas as crianças cresçam mais preparadas para o sucesso na escola e, posteriormente, na própria família, no trabalho e na comunidade. (BRASIL, 2017, p. 31).

Nesse sentido, acreditamos que tal preocupação evidenciada nos documentos analisados estabelece estreita relação com o investimento nos elementos inatos do capital humano. Divulgar informações sobre os riscos que corre um filho de uma mãe que ingeriu drogas ou álcool durante a gravidez, por exemplo, é prevenir a produção de um capital humano falho, com elementos biológicos comprometidos. Da mesma forma, apresentar estudos que mostrem a importância dos cuidados desde a gestação para o desenvolvimento saudável da criança, contribui para a produção de um capital humano que se adapte às exigências da racionalidade do nosso tempo.

A intenção de investir no desenvolvimento humano está diretamente ligada à manutenção da vida. No caso do Programa Criança Feliz está ligado à saúde da mãe, do bebê, dos cuidados com higiene, alimentação e ambiente familiar. Ao investir na infância desde a gestação, existe a intenção de conter ou diminuir os riscos sociais que esses sujeitos, de camadas menos favorecidas, possam oferecer no futuro, com discursos de proteção e investimento. Pode-se pensar que se governa a infância para incluir crianças em condições de pobreza ao mínimo necessário para que tenham condições de concorrência quando adultos. O excerto a seguir, retirado da apresentação realizada pelo Ministro da Cidadania, Onix Lorenzoni no *Manual de Apoio - visitas domiciliares às gestantes*, traduz essa ideia:

Todos os estudos mostram que estimular as crianças nos primeiros meses de vida amplia a capacidade de aprendizagem. O Criança Feliz é uma ferramenta importante para a redução da desigualdade social, pois reduz a distância entre os filhos de quem tem mais condições financeiras e os menos favorecidos. Chegamos a um milhão de atendimentos no Criança Feliz e vamos ampliar em muito essa capacidade. Podemos e vamos alcançar ainda mais gestantes e crianças no Brasil inteiro e o Criança Feliz vai mudar para melhor o destino de muitos brasileiros e brasileiras! Transformar o Brasil e o futuro é garantir a cada brasileiro o valor mais importante da vida de um ser humano: a liberdade. Um recém-nascido que for livre para sonhar e a quem possamos garantir que sua capacidade de aprendizagem seja potencializada ao máximo para que se torne uma criança livre para estudar, certamente, será um adulto livre para correr atrás de seus sonhos e ser o que ele quiser. (BRASIL, 2020, p. 7).

Na fala percebe-se a preocupação de que crianças pobres possam ter capacidade de concorrer com outras mais favorecidas, seguindo a ideia de investimento no futuro, precisando proteger as vidas mais frágeis, para que possam “dar frutos” através dos seus trabalhos, e a criança só consegue superar essa fase com a ajuda da família. Então, interessa analisar como se opera essa governamentalidade neoliberal dentro do Programa Criança Feliz, sendo que se percebe um deslocamento, pois os indivíduos alvo desse programa não são objeto de benemerência, mas de uma ação “anti-escape” dos controles que buscam a condução das condutas.

Ao relacionar essa concepção de capital inato com este estudo, percebemos o investimento do Programa Criança Feliz para o governo dos indivíduos de modo que desde a gestação utilizem estratégias para investimento neste futuro sujeito. A metodologia utilizada no Programa prevê objetivos para que as(os) visitadoras(es) possam acompanhar as famílias. A saber:

Abordar a importância do pré-natal e as mudanças geradas pela gestação, enfocando seus aspectos familiares, sociais e emocionais;

*Identificar se a gestante tem acesso ao pré-natal, se realizou todos os exames preconizados até o momento e se tem acesso a todos os medicamentos prescritos;*

Estimular a presença do companheiro em todas as consultas de pré-natal e demais atividades realizadas pela gestante;

Estimular o desenvolvimento de atividades lúdicas dos pais com o bebê, desde a gestação;

Identificar as potencialidades de cada família no cuidado de suas gestantes e crianças e procurar reforçá-las com atitudes de valorização e apoio;  
*Identificar situações de vulnerabilidade que demandem atenção integral em rede;*

*Facilitar uma boa adesão do casal ao pré-natal;*

Informar os pais sobre seus direitos. (BRASIL, 2017b, p.67, 69 grifos nossos).

Através das(os) visitadoras(es) o programa torna-se uma potente estratégia de garantir que as famílias vão agir conforme a orientação e prescrição determinada. O investimento em capital inato vai se dar através da orientação de que o pré-natal é um

momento de extrema importância, bem como a medicação orientada às gestantes. Um exemplo é a prevenção e controle das deficiências através da distribuição de vitaminas às gestantes e alimentos em pó para crianças com idade entre seis meses e três anos e onzes meses. Essa estratégia iniciou no Programa Criança Feliz em 2018 e está ligada ao Sistema Único de Saúde- SUS, como uma ação intersetorial do NutriSUS- estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó (vitaminas e minerais). Vê-se o investimento desde cedo para o governo dos sujeitos.

Schultz (1973, p. 42) ressalta que uma das cinco categorias de maior importância do capital humano refere-se aos “recursos relativos à saúde e serviços, concebidos de maneira ampla de modo a incluir todos os gastos que afetam a expectativa de vida, vigor e capacidade de resistência, e a vitalidade de um povo”. Desse modo, podemos compreender que as condicionalidades do âmbito da saúde, no que concernem aos cuidados com a gestante, constituem-se no que chamamos estratégias de investimento nos capitais humanos biológicos ou inatos. A preocupação de tais políticas volta-se para o fortalecimento da vida biológica e para o seu prolongamento. Tal preocupação tem como objetivo diminuir a mortalidade materna e infantil, oportunizando mais chances de nascer uma criança com as condições de uma vida longa e saudável. Eis, aí, a biopolítica em todo o seu esplendor.

Nesse sentido, podemos identificar a incursão de aspectos biológicos no campo econômico. Schultz (1987, p. 51) considera que

[...] os ganhos na situação da saúde e na duração mais longa da vida também implicam aumentos na produtividade dos trabalhadores como consequência de uma participação mais longa na força de trabalho, maior capacidade física para trabalhar e menos perda de tempo de trabalho por motivo de doenças. [...] Numa sociedade em que a vida é curta, a força de trabalho perde salários ínfimos. O trabalho é duro e a vida é difícil. Quando a vitalidade é baixa, abunda o analfabetismo e as pessoas definham. Ocorre uma virada para um futuro melhor quando aumenta a duração da vida. Os incentivos tornam-se vantajosos. O investimento em mais ensino escolar e o tempo gasto no trabalho tornam-se mais produtivos.

Com base nisso, fica claro que os investimentos em capitais humanos inatos são uma forma de intervenção, antes mesmo do nascimento, para que o feto nasça mais forte, seja mais vigoroso e possa viver mais. Vivendo mais, será possível intervir continuamente sobre ele, qualificando seus capitais humanos adquiridos, elementos presentes nas estratégias desenvolvidas pela segunda e pela terceira formas de investimentos constantes nas políticas aqui analisadas.

O segundo conjunto de investimentos em capital humano, presentes nos documentos pesquisados, dirige-se aos investimentos realizados nos *capitais humanos*

*infantis*, os quais se desenvolvem, predominantemente, por meio de investimentos educacionais. Para Schultz (1973, p. 79) a educação

[...] é predominantemente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como um agente produtivo. [...] Proponho, por isso mesmo, tratar a educação como um investimento e tratar suas consequências como uma forma de capital. Dado que a educação se torna parte da pessoa que a recebe, referir-me-ei a ela como *capital humano*. [Grifos do original].

São esses investimentos biopolíticos que vemos hoje através das políticas sociais. Sobre o capital adquirido, estes serão os investimentos da pessoa durante sua vida, através da saúde e especialmente da educação. No Programa Criança Feliz os sujeitos terão a oportunidade de produzir suas competências através dos estímulos propostos para desenvolver habilidades que serão importantes no futuro, e principalmente, para que sejam capazes de concorrer no jogo econômico que propõe o neoliberalismo. O discurso de que a maior janela de oportunidades se dá na infância, onde o indivíduo aprende com mais facilidade, é potente para o convencimento e governo dos sujeitos dentro da família.

A governamentalidade neoliberal ao lançar suas redes sobre a vida na sua esfera mais íntima – a família, vai moldando os sujeitos a se comportarem e agirem de determinadas formas para que atendam as demandas da Contemporaneidade. Ao apresentar as formas “adequadas” de agir com os(as) filhos(as), de cuidar, de como brincar, demonstrar afeto, alimentar, está apontando o caminho, conduzindo para que as crianças se tornem sujeitos capazes de se autogovernarem quando adultos(as). Nesse sentido, a biopolítica demonstra que vai além do biológico: através do governo dos indivíduos com as atividades durante as visitas, os sujeitos estão sendo conduzidos a agir de determinada forma em detrimento de um objetivo a ser alcançado, nesse caso, o estímulo para o investimento nos(as) filhos(as). Os excertos a seguir foram retirados do *Guia para visita domiciliar* do Programa e demonstram algumas sugestões de atividades que as(os) visitadoras(es) devem aplicar nas famílias, tendo como foco os cuidados com as crianças:

As atividades planejadas e as propostas pelo(a) visitador(a) não são tarefas para o(a) cuidador(a), são recomendações. É fundamental encorajar o(a) cuidador(a) para realização da atividade tanto durante a visita quanto durante a semana. Fortaleça a confiança do cuidador(a). Auxilie-o a praticar o que aprendeu, a brincar e a se comunicar com a criança. Ao recomendar uma atividade é essencial identificar as idades, o contexto da criança e da família e as atividades mais apropriadas. Ajude ainda o(a) cuidador(a) a compreender como as atividades recomendadas podem contribuir para ampliar as habilidades motoras, sociais emocionais, e fortalecer seus vínculos. (BRASIL, 2017b, p.36).

- Proporcione meios para que o bebê veja, ouça, movimente braços e pernas livremente. Acaricie e conforte o bebê suavemente. É bom o contato.
  - Converse com o bebê. Desde o primeiro momento de vida, converse com o bebê, em tom de voz agradável em volume normal, e de preferência olhando atentamente para ele.
  - Olhe nos olhos do bebê e fale com ele. A amamentação é um bom momento para isso. (BRASIL, 2017b, p.45).
- Convide o bebê a bater um objeto no outro. Utilize brinquedos de madeira, plástico, borracha ou papelão.
  - Brinque de esconder objetos. Cubra-os objetos com uma fralda ou pano e pergunte a criança onde estão. Caso não encontre, retire para que ele pegue o objeto. Comece a ensinar outros movimentos a seu filho, como brincadeiras e gestos, o “parabéns pra você” batendo palmas ou dar “tchau”.
  - Repita sons que fizer e espere que ele responda. Quando responder, sorria para que ele também sorria. (BRASIL, 2017b, p.49)
- Oriente a criança para que recolha seus brinquedos quando terminar a brincadeira. Pergunte à criança qual é o seu nome. Mesmo que ela não responda, pouco a pouco o fará.
  - Peça que mostre onde está seu nariz, boca ou outra parte do corpo.
  - Mostre à criança livros de história, fotos, revistas e fale sobre personagens, objetos ou animais que aparecem. (BRASIL, 2017b, p.53).

No *Manual do Visitador*, publicado recentemente, também são apresentadas orientações e sugestões de atividades a serem desenvolvidas pelas(os) visitadoras(es) com as(os) cuidadoras(es) ou familiares da criança:

Durante a visita domiciliar oriente aos cuidadores que brincar de faz de conta ou com objetos simples, do dia a dia da família, pode ser igualmente (ou mais) divertido e estimulante. Oriente atividades e brincadeiras que ofereçam segurança às crianças e aos adultos. (BRASIL, 2021, p. 34)

Faixa etária de 6 a 9 meses

- Ofereça objetos de diferentes cores, tamanhos e formas (seguros e limpos) para que o bebê explore e exerça sua curiosidade;
- Oferte uma caixa (fácil de abrir) com objetos/brinquedos dentro para que o bebê abra e retire os objetos; estimule para que ele os coloque dentro da caixa e retire novamente, permitindo a repetição da brincadeira;
- Ele já atende pelo seu nome, chame-o pelo nome;
- Conte histórias simples e o estimule a repetir sons como “au-au”, “miau”, “có-có”, “mama”, “papa”, entre outros;
- Cubra objetos e/ou brinquedos com um pano e pergunte “onde está?”. Estimule-o a procurar;
- Estimule que ele pegue objetos (seguros e de tamanho proporcional) com o dedo polegar e indicador (movimento de pinça);
- Coloque brinquedos/objetos no chão em frente ao bebê e o incentive a alcançá-los, assim ele poderá iniciar as tentativas para engatinhar. (BRASIL, 2021, p.40)

Como podemos perceber nestes excertos o desenvolvimento de habilidades promovidas pelas(os) visitadoras(es) do Programa Criança Feliz, como sugestões às famílias durante as visitas passa a ser visto como uma possibilidade de investimento em capital humano. Tais investimentos se apresentam como mola propulsora para a constituição do futuro *Homo œconomicus* do neoliberalismo, pois ser empresário de si implica desenvolver uma ampla gama de atividades que requerem uma aprendizagem prévia, exatamente por serem baseadas em habilidades e competências. Nesse sentido,

a aprendizagem assume grande centralidade na sociedade contemporânea e, por isso, uma excessiva importância é atribuída à educação nos dias de hoje. Essa importância se torna evidente, quando observamos os documentos aqui analisados: esses colocam a educação como uma das condicionalidades impostas pelo Programa, mas isso se faz prioritariamente por meio da família. O foco de intervenção adotado pelo Programa Criança Feliz para investimento em *capitais infantis* não é a Educação Infantil, e sim, a família. Vejamos como esse princípio neoliberal de investimento nos *capitais infantis*, se materializa nos documentos que foram analisados, como este excerto do *Guia para visita domiciliar*, onde demonstra a intenção no investimento, sendo acompanhado e direcionado pelas(os) visitadoras(es).

Um dos aspectos mais relevantes no atendimento às famílias com crianças de zero até seis anos é a possibilidade de acompanhar os ganhos de desenvolvimento infantil por meio de instrumento específico que oportuniza ao visitador registrar suas observações cotidianas sobre os avanços e dificuldades experimentadas pelas crianças ao longo de seu processo de desenvolvimento e avaliá-las, com apoio do supervisor, ao término de cada faixa etária. Este instrumento, intitulado Formulário de Observação Inicial do Desenvolvimento Infantil, é organizado a partir dos indicadores de desenvolvimento disponibilizados neste guia (Anexo V). Eles representam atitudes esperadas das crianças ao final de cada faixa etária, servindo de referência ao acompanhamento e avaliação do desempenho das crianças. Portanto, é fundamental que as equipes do Programa, especialmente os visitadores, dominem esses conhecimentos, garantindo maior qualidade ao seu trabalho. (BRASIL, 2019a, p.47).

Lançando um primeiro olhar para essas práticas, parecia estar claro para nós que havia ali uma centralidade na infância, visto que tais investimentos em capital humano tomavam-na como foco principal dessas atuações. Contudo, logo percebemos que o foco dessas ações não se direciona para a criança ou para a infância, mas para os rendimentos futuros ou os retornos econômicos que esses *capitais infantis* produzirão para a sociedade. A infância é o meio para atingir o retorno desses investimentos. Por isso, tais práticas não tomam apenas a infância como instância privilegiada para os investimentos em capital humano, mas, acima de tudo, pautam-se pela verdade do “quanto mais cedo melhor”. Parece haver um retorno e, ao mesmo tempo, uma reconfiguração das práticas assistencialistas e compensatórias que, por muito tempo, sustentaram as propostas de educação para a primeira infância. A diferença é que tais práticas se inscrevem, agora, numa racionalidade política neoliberal sustentada por princípios da competitividade e da produtividade que justificam a precocidade das intervenções sobre a primeira infância.

Conforme afirmamos anteriormente, o investimento em *capitais infantis*, que se configura por meio do Programa Criança Feliz, não tem como principal foco a Educação

Infantil, mas a intervenção na família. Este deslocamento caracteriza-se como um retrocesso para a primeira etapa da Educação Básica e que parece estar se delineando com muita força nos últimos anos, principalmente a partir de 2016. E o Criança Feliz, tem se mostrado estrategicamente central nesta direção. Tomando como base os excertos dos documentos apresentados até aqui é possível percebermos que, mesmo que o programa se apresente como intersetorial, envolvendo diferentes ministérios e secretarias, os objetivos e estratégias apresentados não expressam medidas de expansão do atendimento institucional às crianças de 0 a 3 anos, e nem de qualificação do atendimento prestado nas creches e pré-escolas brasileiras.

Um dos aspectos que chama atenção ao analisarmos os documentos do Programa Criança Feliz, e que nos ajuda a compreender melhor o que estamos abordando, diz respeito à estratégia central adotada, que são as visitas domiciliares. Os(as) visitantes(as), que não precisam necessariamente possuir uma formação específica em nível superior, recebem treinamentos e orientações via documentos com detalhamentos dos aspectos que precisam ser priorizados nas visitas que serão realizadas às famílias cadastradas no Programa. Como vemos, esta parece ser a prioridade, em detrimento da ampliação da oferta de creches para as crianças de 0 a 3 anos, do investimento na qualidade do atendimento via Educação Infantil e na formação inicial e continuada de professoras(es) que atuam nesta etapa da Educação Básica.

Portanto, é um investimento em capitais infantis, que se dá via diminuição de custos. Arellano e Maudonnet (2017), ressaltam que estes programas de baixo custo ou de desresponsabilização do Estado pela educação das crianças de 0 a 5 anos em instituições de Educação Infantil com espaço físico, materiais adequados e profissionais qualificados, têm sido difundidos historicamente no Brasil, e nós diríamos, que tem se intensificado nos últimos anos. As autoras ainda ressaltam que “propostas como o `Criança Feliz` [...] voltam a ameaçar as conquistas da Educação Infantil que se vê novamente diante da possibilidade de volta de programas que desconsideram seus avanços e que pouco dialogam com as pesquisas, os profissionais e os movimentos sociais” (ARELLANO e MAUDONNET, 2017, p. 15).

Bujes (2012, p. 9) esclarece que estamos vivendo um deslocamento importante no que se refere à educação das crianças pequenas e, nós acrescentaríamos, da educação em geral. Trata-se de uma “perspectiva de educação das crianças que se desloca da educação como direito, para a educação como investimento, de claro perfil economicista”. Ao analisar as proposições de um grupo de economistas que sustentam a proposta da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE)

no que tange às políticas de desenvolvimento integral da primeira infância, a autora destaca o discurso do economista Ricardo Paes e Barros, o qual estabelece estreita vinculação com a necessidade de intervenções cada vez mais precoces nos *capitais infantis*. Nas palavras do economista:

Os primeiros anos de vida são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade e do comportamento social. Como ressaltado por Heckman et alli (2005), os investimentos em capital humano são complementares e quanto melhor a atenção nos primeiros anos de vida, maior será a capacidade das crianças no aproveitamento das oportunidades educacionais futuras e menores serão os custos envolvidos na garantia dessas oportunidades [...] quanto mais cedo forem realizados os investimentos em capital humano, mais longo será o período em que se pode beneficiar dele e, portanto, maior será o retorno desses investimentos (BARROS, 2011, p. 2).

Quando destacamos anteriormente que a centralidade dessas ações não se situa na infância, estávamos querendo apontar um entendimento bastante antigo, que já podia ser encontrado nos Diálogos de Platão, como bem apontou Walter Kohan (2003). Esse autor realiza uma investigação filosófica nos escritos de Platão, precisando que, nesses textos clássicos, já havia marcas de um certo entendimento de infância. Assim, se problematiza “uma visão já consolidada entre os historiadores da infância — particularmente desde o já clássico História Social da Infância e da Família, de Philippe Ariès —, segundo a qual a infância seria uma invenção moderna e ela não teria sido ‘pensada’ pelos antigos enquanto tal” (KOHAN, 2003, p. 11).

Após essa observação pertinente, vale ressaltar o que nos interessa de fato aqui: uma das marcas apontadas por Kohan (2003, 2003a) denominada “infância como pura possibilidade”. As compreensões acerca da presença desta marca na Antiguidade, descritas pelo filósofo parecem conectadas com o que observamos na atualidade. Obviamente, não são as mesmas marcas, e, com isso, não queremos dizer que o pensamento platônico sobre a infância se manifesta igualmente nos dias de hoje. Defendemos, sim, que é possível encontrarmos continuidades que se reconfiguram em uma época como a nossa. Kohan (2003a, p. 27) lembra que o problema de Platão era “entender, enfrentar e reverter a degradação cultural, política e social da Atenas de seu tempo”. Diante disso, Platão compreende que a chave para resolver tal problema era educativa, pois seria por meio da educação das crianças que se poderia construir uma *polis* melhor e mais justa. Por conseguinte, fica claro que, para Platão, a ocupação com a educação das crianças deve se dar não pelo que elas são no presente, mas pelo que elas poderão vir a ser no futuro. Sobre essa questão, Platão ainda corrobora: “é fundamental que nos ocupemos das crianças e de sua educação, não tanto pelo que os pequenos são, mas pelo que deles devirá, pelo que se gerará em um tempo posterior.



(KOHAN, 2003a, p. 39). Eis porque Kohan (2003a) destaca que, entre as marcas da infância encontradas no pensamento platônico, uma é a “infância como pura possibilidade”:

A princípio, essa visão da infância parece extraordinariamente positiva, poderosa: dela pode devir quase qualquer coisa; dela, quase tudo pode ser. Contudo, essa potencialidade, esse ser potencial, esconde, como contrapartida, uma negatividade em ato, uma visão não afirmativa da infância. Ela poderá ser qualquer coisa. O futuro esconde um não ser nada no presente. Não se trata de que as crianças já são, em estado de latência ou virtualidade, o que irá devir; na verdade, elas não têm forma alguma, são completamente sem forma, maleáveis e, enquanto tais, podemos fazer delas o que quisermos (KOHAN, 2003a, p. 40).

Obviamente, visualizamos, nos dias de hoje, entendimentos acerca da infância bastante diversos daqueles encontrados na Antiguidade. Atualmente, e é preciso dizer, desde a emergência da Era Moderna, muitos saberes foram construídos sobre a infância entendendo-a como uma etapa com suas especificidades e características próprias. Tais saberes ao descrever seus processos de desenvolvimento, definir suas etapas e explicar seus atributos, criam, constroem e inventam, aquilo que convenciamos chamar infância moderna. Porém, mesmo havendo “[...] bibliotecas inteiras que contêm tudo o que sabemos das crianças e legiões de especialistas que nos dizem o que são, o que querem e do que necessitam” (LARROSA, 1998, p. 229), ainda parece haver uma visão da infância como possibilidade, preocupada com os retornos futuros que essas crianças podem produzir para a sociedade. Os investimentos desenvolvidos nos *capitais infantis*, como visto anteriormente, são considerados condição fundamental não mais para construir uma *polis* mais justa, como na Antiguidade, mas para construir um país mais produtivo e mais desenvolvido economicamente. Lembremos as palavras de Schultz (1973, p. 10): “[...] uma classe particular de capital humano, consistente do capital configurado na criança, pode ser a chave de uma teoria econômica da população”. Com isso, não queremos apontar uma continuidade da compreensão da infância como pura possibilidade, tal como ela se materializou nos Diálogos de Platão, mas especialmente destacar que tais entendimentos se reconfiguram na atualidade, sob outras lógicas e com objetivos bastante distintos.

Pensando na atualidade, podemos dizer que esses investimentos, desenvolvidos cada vez mais cedo, nos *capitais infantis*, podem ser compreendidos como estratégias de prevenção de um tipo de sujeito indesejável para o funcionamento da sociedade atual. São práticas que agem por antecipação, atuando sobre os sujeitos antes de se constituírem como dependentes, desempregados e futuros beneficiários dos programas sociais. Esses dois conjuntos de investimentos em capital humano — *capitais biológicos*

*inatos e capitais infantis adquiridos* — que podemos observar nos documentos analisados, são estratégias que pretendem gerenciar futuros problemas sociais os quais podem ser produzidos, caso esses capitais humanos não sejam acompanhados desde a gravidez, assim como nos seus primeiros anos de vida. Vimos que tais investimentos se efetivam, predominantemente, por meio da educação, seja a educação da criança desde a mais tenra idade, seja a educação e a instrução da mãe durante a gestação, para que possa oferecer os cuidados necessários ao(à) filha(o). Tudo isso, então, são formas de gerenciamento de problemas que ainda não existem de fato, mas que poderão existir e que podem ser evitados ou prevenidos por meio de tais investimentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na Contemporaneidade, percebemos que as estratégias que se apresentam na forma de políticas públicas para a infância, demonstram o investimento nos sujeitos desde cedo. Essas políticas levam à um esvaziamento do direito à educação escolar das crianças pequenas. No caso do Brasil, pensando na obrigatoriedade escolar para crianças de quatro anos, percebe-se que não basta escolarizar o sujeito a partir dessa idade, não é suficiente. É preciso agir antes mesmo do nascimento, delegando às famílias a responsabilidade por gerarem e educarem um sujeito que seja capaz de ter sucesso quando adulto.

No Programa Criança Feliz as crianças terão a oportunidade de produzir suas competências através dos estímulos propostos para desenvolver habilidades que serão importantes no futuro, e principalmente, para que sejam capazes de concorrer no jogo econômico que propõe o neoliberalismo. Essas políticas que retomam a assistência social como ponto principal, vão produzir efeitos no campo da educação e no papel que a escola desenvolve em meio a isso. A assistência dentro do Programa Criança Feliz aparece de forma reconfigurada, diferente das primeiras práticas de assistência às crianças, com caráter benevolente.

As análises empreendidas neste estudo apontam que a centralidade da educação via família, efetivadas no Programa Criança Feliz, configurando-se como um deslocamento que apresenta efeitos para a primeira etapa da Educação Infantil, principalmente no que diz respeito à educação das crianças de zero a três anos. Investe-se prioritariamente na família, a partir da lógica de estratégias de baixo custo. Basta observarmos que as(os) visitadoras(es) não possuem necessariamente formação

específica em nível superior e que as orientações realizadas às famílias se baseiam em prescrições pautadas em cursos rápidos.

É preciso problematizar a que se propõe o Programa Criança Feliz em relação à educação, pois o retorno reconfigurado da assistência com estratégias neoliberais demonstra o governo dos sujeitos através de várias esferas do Estado. As políticas públicas atualmente têm a intenção de incluir todos(as) no jogo econômico, como estratégia para gerir os riscos sociais. O que vemos com frequência, é um desmonte da educação pública como direito adquirido.

## REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete Regina Gomes e MAUDONNET, Janaina Vargas de Moraes. Os fóruns de educação infantil e as políticas públicas para a infância no Brasil. **Laplage em Revista (Sorocaba)**, vol.3, n.1, jan.-abr. 2017, p.6-18.

AVELINO, Nildo. Apresentação: Foucault e a arqueologia dos saberes. In: FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos: curso no Collège de France: 1979- 1980: excertos**. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

BARROS, Ricardo Paes. Uma avaliação do impacto da qualidade da creche no desenvolvimento infantil. **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 41, n. 2, ago. 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.257**, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm) Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016**, que cria o Programa Criança Feliz. 2016a. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21292775/do1-2016-10-06-decreto-n-8-869-de-5-de-outubro-de-2016-21292718](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21292775/do1-2016-10-06-decreto-n-8-869-de-5-de-outubro-de-2016-21292718)> Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Programa Criança Feliz**. A intersetorialidade na visita domiciliar. Brasília: DF, 2017. Disponível em: <[https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/siteal\\_brasil\\_1011.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_brasil_1011.pdf)> Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Guia de Políticas e Programas**. Brasília, DF: MDSA, 2017a. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/pecas\\_publicitarias/banner\\_guiadepoliticasaonline.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/pecas_publicitarias/banner_guiadepoliticasaonline.pdf)> Acesso em: 17 mar. 2021.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. **Criança Feliz: guia para visita domiciliar**. – 2ª versão. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, 2017b. Disponível

em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca\\_feliz/Guia%20para%20Visita%20Domiciliar%20%20Programa%20Crian%C3%A7a%20Feliz%20-%202021-06-2017.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Guia%20para%20Visita%20Domiciliar%20%20Programa%20Crian%C3%A7a%20Feliz%20-%202021-06-2017.pdf) Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.579**, de 22 de novembro de 2018, que altera do Decreto nº 8.869/2016, consolidando atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a criança e o Adolescente. 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9579.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9579.htm)> Acesso em 17 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Manual de Gestão Municipal do Programa Criança Feliz**. Brasília: DF, 2019. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca\\_feliz/Manual%20do%20Gestor.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/Manual%20do%20Gestor.pdf)> Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Guia para visita domiciliar**: manual. Ministério da Cidadania. 1. ed. rev. atual. Brasília : Ministério da Cidadania, 2019a. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca\\_feliz/02\\_Guia\\_Visita\\_Domiciliar\\_Manual.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/02_Guia_Visita_Domiciliar_Manual.pdf)> Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Manual de Apoio**: visitas domiciliares às gestantes. Brasília: DF, 2020. Disponível em: <[https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/desenvolvimento-social/Manual\\_Gestantes\\_Digital.pdf](https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/desenvolvimento-social/Manual_Gestantes_Digital.pdf)> Acesso em: 17 mar 2021.

BRASIL. **Portaria Conjunta nº 1**, de 27 de abril de 2020, que aprova recomendações gerais aos gestores, supervisores e visitantes dos estados, municípios e Distrito Federal quanto à execução do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS. 2020b. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/portaria-conjunta-n-1-de-27-de-abril-de-2020/>> Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Criança Feliz em Ação**: um guia para ajudar os visitantes a apoiarem pais, mães e cuidadores. Brasília: DF, 2020a. Disponível em: <[http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/09/Toolkit\\_Programa-Crianc%CC%A7a-Feliz.pdf](http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/09/Toolkit_Programa-Crianc%CC%A7a-Feliz.pdf)> Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Manual do Visitador**: um olhar sobre a visita domiciliar. Brasília: DF, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz/publicacoes-1/MANUALDOVISITADORVERSOFINAL.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2021.

BUJES. Maria Isabel Edelweiss. Deslocamentos no campo da educação da infância - das psicologias para as neurociências: implicações para o currículo. In: **Anais do X Colóquio sobre Questões Curriculares e VI Colóquio Luso Brasileiros de Currículo**: Desafios contemporâneos no campo do currículo. Belo Horizonte - MG: UFMG, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France: 1978-1979. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, Governamentalidade e educação**: introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

KOHAN, Walter. Infância e educação em Platão. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 11-26, jan./jun. 2003.

KOHAN, Walter. **Infância. Entre Educação e Filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003a.

LOCKMANN, Kamila e MOTA, Maria Renata Alonso. Práticas de assistência à infância no Brasil: uma abordagem histórica. **Revista Linhas**. V. 14, n. 26, jan/jun 2013. Florianópolis. p. 76-111. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/198472381426201376/2534> >. Acesso em: 17 mar.2021.

LOCKMANN, Kamila. **Assistência social, educação e governamentalidade neoliberal**. Curitiba: Editora Appris, 2019. 351 p.

LÓPEZ-RUIZ, Oswaldo. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**: capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças piruetas e mascaradas. Porto Alegre: Contrabando, 1998.

MARÍN-DÍAZ, Dora Lilia. **Infância**: discussões contemporâneas, saber pedagógico e Governamentalidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SCHULTZ, Theodore. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1973.

SCHULTZ, Theodore. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1973a.

SCHULTZ, Theodore. **Investindo no povo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.


UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. UFPEL. **Avaliação do impacto do Programa Criança Feliz**, com subsídios para avaliar o impacto do Programa Criança Feliz sobre a estimulação intelectual no ambiente doméstico e sobre o desenvolvimento cognitivo e psicomotor de crianças brasileiras menores de três anos. Pelotas: RS, 2018. Disponível em: <<http://www.epidemiologia-ufpel.org.br/uploads/downloads/avaliacao-do-impacto-do-programa-crianca-feliz.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2021.

## NOTAS


### AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À INFÂNCIA NA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL: ESTRATÉGIAS DE INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO

Social policies for child welfare in the neoliberal governmentality: strategies of investment in human capital


#### **Carolina Dias Capilheira**

Mestre em Educação  
Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância – NEPE/FURG  
Professora da Rede Particular de Ensino na cidade de Pelotas-RS  
Pelotas – RS, Brasil  
[cdcapilheira@gmail.com](mailto:cdcapilheira@gmail.com)  
 <https://orcid.org/0000-0002-2733-4550>

#### **Maria Renata Alonso Mota**

Doutora em Educação  
Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande – FURG  
Instituto de Educação - FURG  
Rio Grande - RS, Brasil  
[mariarenata.alonso@gmail.com](mailto:mariarenata.alonso@gmail.com)  
 <https://orcid.org/0000-0003-1057-9427>

#### **Kamila Lockmann**

Doutora em Educação  
Professora Adjunta III da Universidade Federal do Rio Grande – FURG  
Instituto de Educação - FURG  
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2  
Rio Grande – RS, Brasil  
[kamila.furg@gmail.com](mailto:kamila.furg@gmail.com)  
 <https://orcid.org/0000-0002-1993-8088>

#### **Endereço de correspondência do principal autor**

Rua Novo Hamburgo 1083, CEP 96090-470, Pelotas, RS, Brasil.

#### **AGRADECIMENTOS**

Não se aplica.

#### **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

**Concepção e elaboração do manuscrito:** C. D. Capilheira, M. R. A. Mota, K. Lockmann

**Coleta de dados:** C. D. Capilheira, M. R. A. Mota, K. Lockmann

**Análise de dados:** C. D. Capilheira, M. R. A. Mota, K. Lockmann

**Discussão dos resultados:** C. D. Capilheira, M. R. A. Mota, K. Lockmann

**Revisão e aprovação:** C. D. Capilheira, M. R. A. Mota, K. Lockmann

#### **CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA**

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

#### **FINANCIAMENTO**

Não se aplica.

#### **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica.

## **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica.

## **CONFLITO DE INTERESSES**

Não se aplica.

## **LICENÇA DE USO** – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

## **PUBLISHER** – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## **EDITORES** – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

## **HISTÓRICO** – uso exclusivo da revista

Recebido em: 05-05-2021 – Aprovado em: 07-06-2021